

EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# 4 MASSAS

ÓRGÃO QUINZENAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO XI - Nº 195 - 1ª QUINZENA DE JULHO DE 2000- R\$ 1,00

**A campanha eleitoral do PT é burguesa.**

**A campanha das esquerdas é eleitoreira.**

## **Professores-SP:**

**O problema foi voltar às aulas sem a garantia de que não haveria repressão**

**Pelo fim dos processos  
contra os professores!**

**A greve nas universidades do Paraná**

**Liberdade aos presos políticos do MST!**

**Fim dos processos contra os lutadores!**

**Fracassa a manifestação da  
campanha da paz da burguesia**

**Bolívia: 65 anos do POR - rumo à revolução proletária**

## Quinzena de luta do movimento operário

### Judiciários/SP - pelegada continua jogando contra a organização da greve

Em nosso último jornal, denunciávamos as associações existentes na classe por passarem por cima da decisão da assembléia do dia 1/6, que elegeu uma comissão para organizar a greve do dia 14/6. A pelegada percebeu que a comissão estava tirando posições que realmente poderiam impulsionar uma greve de verdade e, contra isto, se levantaram, pois a greve por tempo indeterminado tem como base o choque com o Tribunal e o governo e direcionar a luta dos trabalhadores para esse caminho não passa pelos planos daqueles que têm o rabo preso. Nesse sentido, as associações se utilizaram do dia de greve e da assembléia não para desenvolver a luta dos trabalhadores, mas para jogar com a via da negociação e para fazer demagogia junto ao tribunal, dizendo que 'era preciso dar um voto de confiança ao presidente', uma vez que este já havia nomeado uma comissão de juizes para receber as associações e que, portanto, se tratava apenas de marcar mais uma assembléia para o dia 28/6, para saber os resultados das 'negociações'.

### Com a ajuda da pelegada, tribunal desvia a atenção dos trabalhadores para o parlamento burguês

No último dia 27/6, a cúpula do Tribunal de Justiça resolveu 'lavar as mãos' e anunciar que não tinha como atender as reivindicações dos trabalhadores, ca-

indo por terra a falsa idéia apregoadada pelas associações de que seria possível negociar com o tribunal a concessão de algumas migalhas para repor, minimamente, as perdas salariais que já ultrapassam 60%. Entretanto, era preciso desviar a atenção dos trabalhadores e aliviar, mesmo que momentaneamente, a pressão que estes estavam fazendo sobre a presidência. Elaborou-se, então, uma proposta de projeto para ser enviado à Assembléia Legislativa e as associações teriam a tarefa de apresentar tal proposta de projeto aos trabalhadores na assembléia do dia 28/6 como sendo uma vitória, já que a parte do Tribunal já havia sido feita, bastava agora correr atrás dos deputados na Assembléia Legislativa.

Reproduzimos abaixo o boletim da Corrente Proletária do Judiciário distribuído aos trabalhadores da categoria e na assembléia do dia 28/6, onde atuamos denunciando a proposta mentirosa de que os trabalhadores podem conseguir, via parlamento, arrancar do governo as suas reivindicações. Defendemos a continuidade das assembléias na praça João Mendes, a eleição do comando para organizar e deflagrar da greve por tempo indeterminado. Os trabalhadores decidiram fazer a próxima assembléia em frente a assembléia legislativa no dia 10/8, sem greve.

### Sem um comando de greve independente não tem greve de verdade e sem greve de verdade não tem reajuste salarial

Há vários anos o governo vem nos

impondo uma política de arrocho salarial e de retirada de nossas conquistas trabalhistas. Isto para cumprir o acordo fechado com o FMI e os banqueiros nacionais e internacionais de continuar pagando os altos juros da dívida externa e interna. Qualquer categoria que se levantar em greve contra essa política terá de enfrentar como resposta a intransigência, a repressão, a tropa de choque, perseguições e prisões. Os professores estaduais de São Paulo são o exemplo mais recente. Daí decorre que a reposição salarial que precisamos e queremos não virá sem que travemos uma luta séria e conseqüente contra o tribunal e o governo. Não será fazendo manifestações festivas ou acreditando em negociações entre quatro paredes e muito menos correndo atrás de projetos parlamentares que conseguiremos nossos objetivos. Também não adianta aprovar a greve simplesmente. É preciso eleger, soberanamente, em assembléia, o comando de greve, que terá a responsabilidade de organizar e conduzir o movimento, de acordo com as decisões majoritárias das assembléias, sem manobras, sem pilantragens. Será o comando de greve que aglutinará os trabalhadores mais combativos e abnegados e deles é que sairão as propostas que nos levarão até a vitória.

CHEGA DE DESCASO!!!

CHEGA DE ENROLAÇÃO E NEGOCIAÇÃO QUE NÃO RESOLVE NADA!!!

É HORA DE ELEGER O COMANDO DE GREVE!!!

APROVAR A GREVE GERAL POR TEMPO INDETERMINADO!!!

## Quinzena de luta do movimento camponês

### É necessária a aliança operária e camponesa para barrar os ataques do governo pró-latifúndio

No mês de julho, o governo amplia a repressão ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

No dia 2, na desocupação do Acampamento Chico Mendes, no município de São José dos Campos (SP), a tropa de choque prendeu 18 e mantém 11 deles.

Em 7 de julho, Pernambuco, 21 sem-terra foram detidos. A polícia cumpria a ordem de reintegração de posse da área do engenho Jaboatão. O juiz determinou que os trabalhadores sem-terra fossem presos por "desobediência civil", pelo fato de ocuparem por várias vezes a mesma área. Desses 21, dois jovens estão na Delegacia de "Proteção à Criança e ao Adolescente". Duas mulheres foram para a colônia penal feminina.

No Mato Grosso, dia 5, 20 sem-terra, ligados à Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Mato Grosso do Sul, foram acusados de matar o capataz Luís Correa da Silva. O delegado de polícia indiciou por homicídio qualificado.

Esse quadro indica que o governo dos latifundiários mantém a investida judicial e policial contra os sem-terra, para barrar o avanço do movimento camponês. O governo FHC manobra com a propaganda de que está liberando

2 bilhões de reais para os assentamentos. Na verdade, a essência da política governamental é policial.

As organizações operárias e as correntes de esquerda devem se colocar pela aliança operária e camponesa. O que implica constituir comitês de defesa das reivindicações das massas oprimidas e de auto-defesa contra a violência reacionária do Estado burguês.

### **Moção de repúdio às prisões dos sem-terra** **Liberdade aos presos políticos do MST**

A Associação de Professores da PUC-SP (APROPUC) soma-se à campa-

nha de libertação dos presos políticos do MST. Se já não bastasse a prisão de 6 sem-terra em Boituva, desde 10 de novembro de 1999, agora, em 2 de julho, a tropa de choque realizou a ação de despejo de 150 famílias do Acampamento Chico Mendes e mantém presos 11 trabalhadores. Já são 17 o número de presos do MST no Estado de São Paulo.

Todo tipo de violência policial tem sido praticada contra os sem-terra, que lutam pela sua sobrevivência. No despejo da Fazenda Santa Clara, os policiais empurraram as mulheres para uma espécie de curral abandonado e as obrigaram a ficar nuas diante da tropa de choque e do fazendeiro, que as humilham. Isso para citar apenas um dos atos

de violência do Estado contra os trabalhadores sem-terra.

A APROPUC vem perante o governo Mário Covas e a seu partido PSDB denunciar a violação dos direitos mais elementares dos trabalhadores, que têm sido obrigados a suportar a fome e a miséria. Exigimos a libertação imediata de todos os presos políticos do MST e a punição dos responsáveis pela violência do Estado.

Pela libertação dos 11 presos de São José dos Campos!

Pela libertação dos 6 presos de Boituva!

Pela libertação dos presos políticos do MST em outros Estados!

## **Onde está a raiz da violência?**

Só no ano de 1999, a burguesia e o governo de FHC consumiram 41 bilhões de reais para “combater” a violência. Somente as Secretarias de Segurança estaduais gastaram 12 bilhões. A de São Paulo e a do Rio levaram 6 bilhões, 4 a primeiro e 2 a segunda. Os outros 6 bilhões foram gastos pelos demais Estados. O Instituto Americano das Nações Unidas (Ilanud) indica que 3% do PIB de São Paulo são empregados na “eliminação” da violência. O governo federal destinou 2 bilhões para reformas de presídios (planeja construir mais com o recém lançado Programa de Segurança), 3 bilhões com internações e aposentadorias por invalidez e 1 bilhão com contratação de funcionários da Justiça.

A burguesia não ficou atrás. Despendeu 6 bilhões em segurança privada, 7 bilhões com blindagem de carros, grades e vigilância eletrônica, 1 bilhão com seguros de saúde e 9 bilhões com seguros de carros.

A outra face desse fabuloso gasto é o número estarrecedor da criminalidade. Em um ano, são estimados 25 mil homicídios, de 1979 ao último semestre de 1999 foram assassinatos 578 mil pessoas. A pesquisa não indica quanto dessa mortandade foi de responsabilidade da polícia. Mas, certamente, deve ser um número alarmante.

O coordenador de pesquisa do Ilanud conclui que “empresários, governo e a própria comunidade se juntem para melhorar a situação e que se não for por

razões filantrópicas, que sejam por razões utilitárias”.

Os números acima expostos correspondem ao nível de barbárie a que chegou a sociedade de exploração do homem pelo homem (sistema capitalista de produção). A burguesia e seus lacaios da imprensa, bem como instituições “amantes da paz”, fazem lamentos sobre o desperdício tão grande de vidas e dinheiro. Uns referem-se à crise de valores. Outros à crise social. E ainda outros ao pouco empenho do Estado em amenizar a violência, apesar de tanto gasto. Tudo isso para esconder a raiz do genocídio.

O capitalismo se desintegra econômica e socialmente. A criminalidade crescente e o agigantamento do aparato policial e pára-policial são consequências dessa desintegração, que arrasta as massas exploradas para a miséria e a fome. São poucos os que não reconhecem, que a marginalidade vem dessa miséria. Mas o que não pode ser reconhecido é que a miséria é fruto da exploração capitalista do trabalho. Chegar a esse ponto, significa reconhecer a necessidade da revolução social. Ou seja, a necessidade da derrubada da burguesia do poder, expropriação dos meios de produção e estabelecimento das bases para uma nova sociedade sem exploração do homem pelo homem. No momento em que a riqueza produzida coletivamente se voltar para a sociedade como um todo, a criminalidade deixará

de existir.

### **A “Paz” de quem e para quem**

A campanha burguesa liderada pelas Organizações não-governamentais (ONGs) *Viva Rio* e *Instituto Sou da Paz* é um movimento que se diz contra a violência, pelo desarmamento e pela reformulação das polícias. A campanha vem sendo patrocinada pelos empresários, através de doações para sustentar os custos das manifestações que ocorreram, principalmente, em São Paulo e Rio de Janeiro. Banqueiros apoiaram o evento, como é o caso do Banco Real que realizou um ato na Paulista ao meio dia. A Cigna Seguradora deu para o *Instituto Sou da Paz* R\$ 3.650,00. As Lojas Americanas distribuiu as tarjas brancas e doou também para o ato das 19 horas. O empresário da fábrica de Velas deu mais de 10 mil velas, pois a campanha previa velas acesas. A Mack Color fez 500 mil adesivos com o emblema da campanha. A White Martins cobriu suas janelas com panos brancos.

Como se vê, os capitalistas que acumulam montanhas de riquezas explorando os trabalhadores financiam uma campanha para acobertar a crise social do país. Os burgueses, pagam um salário mínimo de fome, demitem diariamente milhares de pais de famílias, exigem que seu governo façam uma reforma que acaba com a previdência pública, põe fim às conquistas trabalhistas

elementares etc, e agora vem com a mais deslavada hipocrisia de paz e não violência. As mais variadas formas de violência expressam as relações econômicas e a situação das classes sociais.

A raiz desse fenômeno está na própria classe burguesa, que é uma minoria controladora dos meios de produção e da vida da maioria explorada. Não há maior violência do que cortar a única fonte de existência da classe operária e demais trabalhadores, que é o emprego, que é a possibilidade de vender a sua força de trabalho para o capitalista explorar.

Os marginais, criminosos, que matam e morram como moscas nas mãos da

polícia, pertencem à camada dos explorados mais mutilada e sacrificada pelo sistema capitalista. Na realidade são vítimas. Os crimes chamados hediondos que mostram o criminoso como um setor completamente desfigurado na sua humanidade, assim como os considerados pequenos delitos, são escala de um mesmo fenômeno econômico e social. Dizemos que os milhares e milhares de criminosos carregam sobre seus ombros o peso esmagador da propriedade privada dos meios de produção e do parasitismo da rica burguesia.

Ocorre que o crescimento extraordinário da criminalidade atinge a própria burguesia e a classe média, perante a

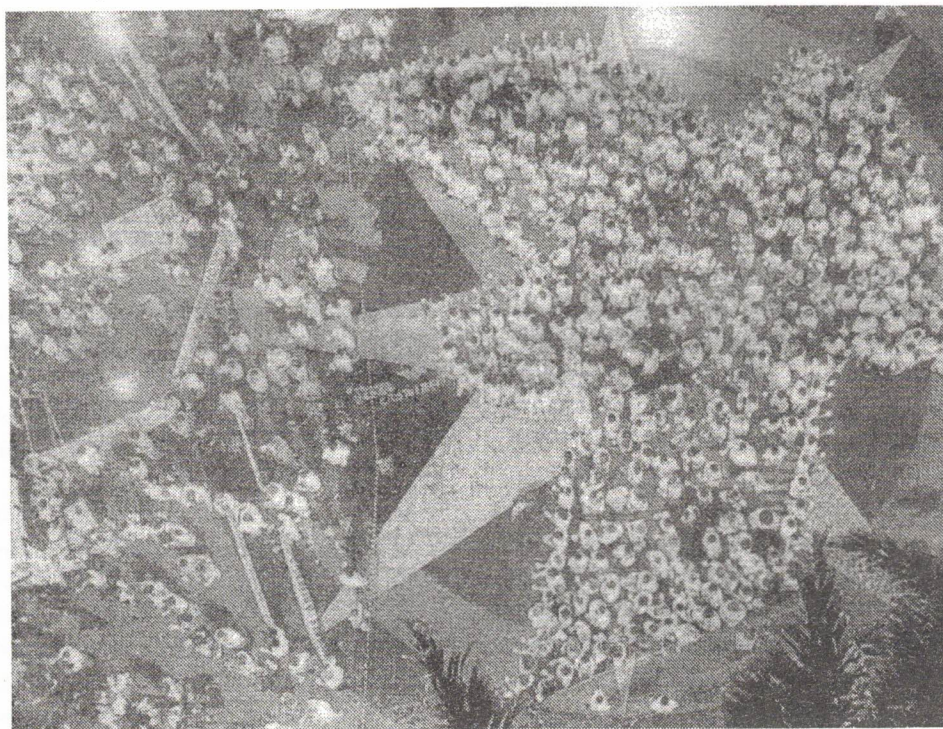
qual a burguesia tem o compromisso de garantir-lhe segurança, para em troca contar com seu apoio na defesa do sistema de opressão. O agigantamento dos assaltos, assassinatos, estupros, seqüestros etc atinge a tranquilidade dos lares burgueses e os seus interesses de proprietários. A classe média, por sua vez, fica aterrorizada de ter de em cada farol da cidade prever um possível assalto, na melhor das hipóteses. Está aí por que governo, endinheirados, partidos burgueses, igrejeros, um setor de jornalistas e artistas e outras escórias burguesas estão preocupados com a violência. Querem a "paz" para poderem manter uma vida tranqüila no capitalismo, continuarem com a exploração do trabalho e gozarem de uma existência farta.

Industriais e banqueiros utilizam de recursos para fazer uma campanha demagógica, esperando arrastar a população explorada. Trata-se, portanto, de uma campanha reacionária.

### **A campanha dos oprimidos**

Nossa campanha começa por combater a fome e a miséria, exigindo que a burguesia e seu governo paguem um salário mínimo vital de R\$1900,00. Que nenhuma família trabalhadora receba menos. Que se implante a escala móvel das horas de trabalho para se pôr fim ao desemprego. Fim da reforma antinacional e antipopular do governo FHC. Escola e saúde públicas e gratuitas. Eliminação total do trabalho escravo infantil. Que o trabalho seja compatível com a idade e com a frequência escolar. Sobre essa base os oprimidos devem levantar a estratégia da destruição do capitalismo pela revolução e ditadura proletárias.

Essa campanha é revolucionária. Objetiva utilizar os métodos e luta coletivos contra a opressão capitalista, de onde origina todo tipo de violência. Cabe aos sindicatos, CUT e correntes políticas que se reivindicam da luta de classes tomar para si a bandeira de campanha revolucionária contra a opressão capitalista e imperialista.



## **Campanha burguesa pela paz fracassa**

Poucos dias depois de reprimir os professores, funcionalismo e estudantes em greve, com bombas de gás, cavalos, tiros, cacetetes etc., o governo e a burguesia realizaram um chamado à classe média para que se engajasse em sua campanha *Basta, eu quero paz!*. Milhões foram gastos: anúncios em jornais, TV e rádios, faixas pela cidade, panfletos etc. Resultado: menos de 4 mil pessoas na Praça da Sé, em São Paulo, maior manifestação realizada.

O fracasso desse ato burguês mostra que a pequena burguesia arruinada está bastante descontente com o governo, e desconfiada de suas campanhas. A mobilização da classe operária pode, nestas circunstâncias, arrastar atrás de si esse setor da população, fortalecendo a luta anticapitalista.

**Dizia uma faixa dos estudantes da USP numa manifestação na Av. Paulista em 1998:  
Contra a hipocrisia, não queremos paz com a burguesia!**

# Impasses do capitalismo no Brasil

Entre 1970 e 1980, num lapso de 10 anos, a economia no Brasil cresceu a uma média anual de 8,6%, o que significa um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB é tudo que se produz no país em 1 ano) de 129%. Como se vê, uma expansão considerável. Mas entre 1980 e 1999, lapso de 20 anos, cresceu a uma média de apenas 1,9%, correspondendo a um aumento de 43% no PIB. (dados revista Exame, 9/2/0)

O crescimento vegetativo nesse último período traz graves consequências para os trabalhadores. Expande o desemprego e a miséria ganha dimensão de barbárie. A campanha de FHC, para justificar seu Plano antinacional e antipopular, sobre a diminuição da pobreza não se sustenta diante da explosiva crise social. O salário mínimo continua a ser um dos mais baixos de sua história e o desemprego é dos mais amplos. O fato é que a maioria oprimida não tem acesso a grande parte das mercadorias. Resume o consumo ao mais elementar, sendo que cerca de 30 milhões têm carência até mesmo do vital (alimento, vestuário, saúde, escola etc). Essa é uma das contradições principais da economia capitalista.

O debate interburguês sobre as "décadas perdidas", a de 80 e a de 90, converge para a avaliação de se o período de abertura pró-imperialista pode ser considerado "perdido", como foi a de 80, ou não. Os pró-imperialistas afirmam que a diferença entre as duas décadas de baixo crescimento econômico está em que a segunda se caracteriza pela modernização, aumento da produ-

vidade, abertura de mercado, crescimento dos investimentos estrangeiros e estabilidade monetária etc. Respondem assim à oposição de tinturas nacionalistas que atribui o baixo crescimento às medidas neoliberais, como as acima descritas como positivas.

Sem dúvida, a política econômica de FHC ampliou o saque do país pelo grande capital internacional, uma sangria que reduz o potencial do capital interno e que impõe maiores sacrifícios às massas. Entretanto, a política econômica, isoladamente por si só, não explica o impasse do capitalismo, refletido no baixo desempenho. É preciso observar que o capitalismo, como unidade internacional, está imerso numa crise de superprodução. Prevalece a guerra comercial e o parasitismo financeiro, que se valoriza pela intensificação do saque das nações capitalistas atrasadas (endividadas etc.).

O aumento de produtividade, tão citado pelos neoliberais, não se converte em abertura de novas fábricas por toda parte e abertura de postos de trabalho. Ao contrário, fecham-se fábricas e destróem-se postos de trabalho. O processo de concentração monopolista se agiganta com as fusões. As massas mundiais, sacrificadas pela superexploração, vêm sua fonte de sustento escassear.

Embora essa realidade seja desigual, a crise de superprodução e as tendências recessivas tendem a se generalizar. A economia brasileira está, em grande medida, condicionada pelo movimento do capital internacional. Este bloqueia o desenvolvimento das forças produ-

tivas internas, acentuando o saque.

Nesse ponto, comparece a importância da política econômica dos governos semicoloniais. Se se coloca todo esforço para facilitar a sangria - pagamento da dívida, especulação, privatizações, abertura de mercado, patentes etc - o país fica à mercê da concentração monopolista vinda de fora para dentro. As tendências desagregadoras limitam poderosamente as potencialidades internas.

Considerando de forma geral essa inter-relação, as previsões dos neoliberais de que a "modernização" permitirá um "novo ciclo de crescimento", parece improvável. Principalmente, se tomarmos o ciclo da década 70/80 como base. Tudo indica que a economia brasileira continuará sofrendo de baixo crescimento.

A classe operária deve se preparar desde já para enfrentar a continuidade e avanço do desemprego e da miséria. Munir-se de uma plataforma de reivindicações como ponto de partida do programa revolucionário de luta antiimperialista e anticapitalista.

Sobre a base dessa realidade econômica adversa para o país, o reformismo oposicionista irá pregar com mais vigor suas teses de que basta trocar de governo para se mudar a política econômica e com ela voltar o desenvolvimento econômico. Trata-se de uma variante da política burguesa para a crise estrutural do capitalismo, que procura canalizar a revolta dos explorados para o eleitoralismo e desviar os explorados da luta direta e de massa contra a classe capitalista.

## O PT e suas coligações

A direção nacional do PT verificou 200 casos de recursos feitos por diretórios municipais e estaduais sobre coligações. Há uma obrigatoriedade dos diretórios fazerem um pedido de autorização à Executiva Nacional quando as alianças envolverem partidos como PFL, PPB, PSDB e outros dessa natureza. Para o PT, há alianças permitidas, ou seja, prioritárias e outras que precisam de consulta à direção nacional.

A direção nacional permitiu que, no município de Medianeira (Paraná), o PT se aliasse com o PFL. José Genoio afirmou que "O PT já governa a cidade com o PFL como vice. E o PFL local faz oposição ao governo federal". Por aqui já vemos como os reformistas falseiam a

### Natal

## PT se alia com repressor

Em Ceará Mirim (Rio Grande do Norte), o PT fez uma aliança com o PDT, que tem como candidato um delegado repressor. Esse delegado já liderou, por várias vezes, a desocupação dos sem-terra na região, queimando barracas e reprimindo o movimento.

O PT argumenta que a aliança com o delegado Peixoto se dá pelo fato de ser diferente das oligarquias Varella e Melo, que sempre estiveram no poder. Perguntamos: onde está a diferença do prefeito Roberto Varella (repressor dos trabalhadores), com o senador Geraldo Melo (que usou a polícia para reprimir a greve da educação, quando era governo) e com o delegado Peixoto (que proibiu a entrada dos sem-terra na cidade, usando a tropa de choque)? Nenhuma. Todos são repressores.

O delegado Peixoto já perseguiu o SINTE, a mando do prefeito Varella. A aliança do PT, PDT e PCdoB comprova a

realidade para ajustar sua política arrivista.

Em São Paulo, nos municípios de Presidente Prudente e Embu-Guaçu, o PT se coligou com o PSDB. O PT apoiará a reeleição de Mauro Bragato, diretamente ligado a Covas. Isso no exato momento em que Covas reprimia violentamente os professores grevistas. Na cidade de Ribeirão Preto (São Paulo), o PT se aliou ao PMDB.

Em Minas Gerais, no município de Governador Valadares, o diretório local aprovou a coligação com o PFL. A votação na Executiva Nacional proibiu.

No Rio de Janeiro, em São Gonçalo, o PT local aprovou a aliança com o PFL e PRTB, partido do corrupto Fernando

Collor. A votação empatou e, nesse caso, ficou proibido.

O que fica dessa dança das coligações é que o PT se tornou um partido de feudos localistas com interesses próprios e que por isso campeiam à solta todo tipo de composição eleitoral. Mas o essencial é que o PT faz parte da ordem burguesa. Isso explica por que depende de coligações com partidos dos exploradores para ocupar cargos no Estado burguês e administrá-los.

A aliança com os partidos da burguesia pressupõe se subordinar ao grande capital que está por detrás deles. Assim, todas as correntes ditas de esquerda que seguem o PT se mostram adaptadas à política pró-capitalista.



O delegado Peixoto

política de tais partidos. Os estalinistas do PCdoB, que participaram do governo Varella e sempre tiraram proveito, cola-

boraram com a repressão ao sindicato, que é dirigido pelo POR.

O PT está calado diante de todas as repressões cometidas pelo delegado Peixoto. A aliança com o repressor coloca o PT a serviço da repressão e das oligarquias locais. Ainda mais, ilude as massas trabalhadoras com a idéia de que seus problemas (desemprego, arrocho salarial, fome, destruição da educação e saúde etc) poderão ser resolvidos pela via eleitoral.

O POR denuncia o colaboracionismo do PT e defende intransigentemente a unidade da classe operária, camponesa e demais oprimidos para enfrentar, através das ações de massa, os planos governamentais. Defende a construção da Frente Única Antiimperialista, baseada no programa revolucionário e no método da ação direta para pôr abaixo os governos entreguistas de FHC/Garibaldi/Varella.

## PCO chama o voto num governo que cumpra o programa

Em seu primeiro panfleto para as eleições municipais deste ano, o PCO (Partido da Causa Operária) defende que os trabalhadores votem em "candidatos socialistas representativos da luta dos trabalhadores da cidade e do campo, da juventude, dos negros e das mulheres, em defesa de um programa de classe e de luta".

Apresenta um programa que contempla as reivindicações vitais dos assalariados e

conclui: "somente um governo dos operários, dos trabalhadores da cidade e do campo, um governo das suas organizações de luta poderá dar satisfação a estas e outras reivindicações da população pobre".

Está aí a forma mais esquerdista do eleitoralismo: chama a votar em candidatos "representativos", abrindo a brecha para apoiar candidatos de outros partidos (PT, PCB e PSTU são citados); divide artificialmente o

movimento dos negros, das mulheres e da juventude dos demais trabalhadores, como se a opressão racial e de gênero não tivessem a mesma origem na exploração de classe; e conclui afirmando que as reivindicações das massas serão atendidas por um governo eleito, e não pela ação direta.

Trata-se de uma política desesperada em obter apoio eleitoral e organizar gente ao redor desse mesmo eleitoralismo.

# E este programa de governo não é do Maluf, e sim do PT!

Em um dos materiais de campanha da candidata petista Marta Suplicy à Prefeitura de São Paulo pode-se ler as propostas para segurança e emprego.

Para a segurança, a candidata propõe "uma forte presença policial nas ruas da cidade", além de "atuar na causa do crime: falta de emprego, educação e lazer".

Esta é a idéia burguesa mais reacionária sobre segurança: polícia nas ruas é o remédio para a criminalidade. O mesmo afirma Paulo Maluf. Recentemente, num programa de TV, a candidata propunha, no mesmo sentido, uma guarda municipal melhor aparelhada.

A burguesia pensa assim porque expressa a defesa dos exploradores e suas posses contra os explorados e famintos que se levantem contra a opressão social. Para os capitalistas, a boa segurança é

aquela que reprime bem. O PT apresenta a mesma proposta. Coloca-se como bom gerenciador da máquina estatal criada pelos capitalistas para preservar a exploração.

A seguir, o programa fala da falta de trabalho, do desemprego. O ponto principal é o chamado "Programa Municipal de Apoio à Economia Solidária", que pretende fazer com que os desempregados possam trabalhar como "microempresas" ou ter assistência (seguro-desemprego). Propõe-se ainda a ajudar na melhor "formação" e "atualização" dos trabalhadores, por meio de cursos. Condiciona, como a burguesia sempre faz, o aumento do número de vagas ao crescimento econômico e a uma suposta "qualificação". Renuncia portanto à reivindicação do pleno emprego, que só pode vir a partir da luta contra

os capitalistas, dos quais pretende apoio eleitoral.

A resposta proletária a essas questões vai no sentido oposto. O problema da segurança é consequência do agravamento da crise capitalista. E quanto melhor estiver equipada a repressão pior será para as massas. O problema do desemprego tem de ser combatido com a luta de classes, para impor aos capitalistas a redução da jornada de trabalho sem redução de salários, de forma a dividir todo o trabalho disponível entre os aptos a realizá-lo.

A candidatura de Marta é burguesa e nada tem a ver com os trabalhadores, assim como as demais candidaturas burguesas. Apoiar eleitoralmente essa candidatura é reforçar as posições burguesas que defende.

## De Socialismo Revolucionário, só o nome

A posição do Socialismo Revolucionário sobre as eleições municipais e o PT mostra que se trata de um agrupamento antimarxista. Esconde as posições burguesas do PT e alimenta ilusões eleitoralistas. Podemos comprovar essa caracterização através do artigo "Não basta eleger, tem que mobilizar!" (jornal Socialismo Revolucionário, N. 18)

Como petistas, apóiam Marta Suplicy, sem dizer qual seu real posicionamento de classe e, certamente, do PT. Trata-se de uma candidatura burguesa ou não?

Vamos tomar a mais recente declaração da candidata petista: 1) Quanto ao financiamento da sua campanha, afirmou que dinheiro já não é problema, pois conta com apoio de grupos empresariais; 2) Reivindicou o apoio de Covas no segundo turno, lembrando que nas eleições passadas o PT apoiou o governador nas mesmas circunstâncias (o Socialismo Revolucionário, que diz que é preciso mobilizar, deveria lembrar que Covas está nesse momento reprimindo os grevistas, que o PT apoiou Covas e que Marta, agora, em troca, pede seu apoio eleitoral); 3) Frente às pressões da imprensa burguesa contra o radicalismo, Marta diz que isso é coisa do passado,

que o PT está aberto às alianças; 4) Defende pontos do programa reacionário dos demais candidatos, de reforçar o aparato policial.

Poderíamos citar mais exemplos, mas ficaria enfadonho. Vejamos um dos apoios empresariais: "Ao lado de Marta, a empresária Rosely Koraicho, sócia do Credicard Hall, confessou que nunca votou no PT. Agora, porém, será coordenadora de eventos para arrecadar fundos e propagar idéias do programa de Marta. A conversão foi por causa da candidata: "Conversando com ela, a barreira do radicalismo caiu por terra". (Folha de São Paulo, 14 de junho)

O que diz o Socialismo Revolucionário sobre isso? Nada! Mas faz uma série de conselhos programáticos, com pontos completamente desconexos. Como: A Marta deve assegurar emprego, não pagar as dívidas de Maluf/Pitta, combater a corrupção, lutar contra o governo FHC etc. Conclui como sábios: "O partido deve se negar a administrar dentro dos marcos do capitalismo em crise. Deve organizar e mobilizar os trabalhadores, jovens e camponeses na luta pelo socialismo".

Isso depois de fazer apologia do eleitoralismo, dar receitas para Marta go-

vernar, esconder a real política pró-capitalista do PT e ignorar os compromissos antecipados de Marta com grupos capitalistas, que financiarão sua campanha. Quanta hipocrisia do Socialismo Revolucionário!

Comentemos a última pérola do artigo "Não basta eleger...": "O PT, que foi construído no auge da luta dos anos 80, surgia anticapitalista defendendo o socialismo como única saída para resolver os problemas da população mais pobre. Infelizmente, algumas alianças feitas durante essas eleições estão descaracterizando essa história". E cita aliança até com o PFL.

Ora socialistas revolucionários, deixem de fazer historietas sobre o PT socialista para continuar justificando-o. O PT nunca foi socialista, pois nunca teve um programa da revolução proletária. Como vocês, os reformistas se utilizaram da palavra socialista. Agora, já não mais precisam dela. As alianças do PT com partidos da burguesia expressa a política contra-revolucionária do PT, ou seja, pró-capitalista. Os socialistas revolucionários continuam submetidos aos reformistas porque não são marxistas, são tributários do reformismo.

## Professores-SP

# A greve atingiu o governo do PSDB

A greve de 43 dias do magistério tocou fundo o governo de Covas (PSDB). Isso porque as reivindicações se chocaram com as medidas de destruição da escola pública, contidas na Reforma educacional. O governador, para sustentar a reforma do ensino, foi obrigado a punir de todas as formas os grevistas. Não foi à toa que usou a tropa de choque na Paulista e na destruição do acampamento.

A greve não conseguiu arrancar as reivindicações, mesmo as mais elementares. Porém, foi capaz de pôr às claras a corrupção de Covas, a violência reacionária dos chamados social-democratas, bem como o caráter de ditadura civil que assume o governo do PSDB.

### O erro de suspender a greve sem eliminar as punições

As direções sindicais, correntes do PT e PSTU defenderam a suspensão da greve sem nenhuma garantia de fim das punições aos grevistas. Assim, Covas ficou livre para continuar com as medidas de repressão. Impôs a Resolução de reposição de aulas, como forma de ataque aos professores grevistas. Impediu que os Conselhos de escola elaborassem outras formas de reposição dos dias parados. Desconheceu os abaixo-assinados de alunos e pais contra a reposição em julho, dezembro e janeiro. Ameaçou de demis-

são os grevistas que não concordarem com a reposição. Obrigou os diretores a contratarem eventuais e estudantes para substituir os grevistas. Demitiu professores ACTs que não “quebraram” os 15 dias de greve. E, por fim, manteve os processos administrativos (para exoneração e demissão) e criminais sobre 4 professores.

### Medidas judiciais contra o governo

A diretoria da Apeoesp abriu vários processos judiciais contra o governo. Como era de se esperar, Covas tem derrubado todos. Esse caminho não protegerá os grevistas. Ou seja, o pagamento dos dias parados, a eliminação das faltas injustificadas e o fim dos processos administrativos e criminais.

A política da diretoria semeia ilusão de que a Justiça possa arbitrar favoravelmente aos grevistas e contra o governo. Toda Justiça está a serviço da punição das lideranças dos movimentos e da punição exemplar aos grevistas. Basta que lembremos o exemplo das prisões políticas dos professores e do MST. A Justiça irá arbitrar na defesa da reforma educacional neoliberal e na garantia da legalidade burguesa (Constituição). Nesse terreno, os trabalhadores estão em desvantagem. Esse é o terreno dos patrões e do governo.

Os professores devem tomar cons-

ciência de que uma repressão só pode ser rebatida com novas mobilizações, caso contrário significa abaixar a cabeça para totalitarismo governamental.

### Responder às punições e defender as reivindicações

Não há outro caminho para conter as medidas de destruição da escola pública, a exemplo da reforma do ensino médio, senão a via da luta, da mobilização dos trabalhadores. Barrar as ações punitivas de Covas/FHC implica em organizar, desde já, a volta à greve. Não será possível repor os dias parados, conforme exige o governo. Não será possível repor as faltas ocorridas no 1 bimestre. Não utilizaremos o “faz de conta” para fingir que os 200 dias estarão assegurados. Não podemos permitir que o governo implante a reforma do ensino médio, porque trará mais demissão e fechamento de escolas. Não podemos aceitar a farsa do abono. A nossa resposta às punições e a defesa das reivindicações passará, necessariamente, pela retomada do movimento grevista. Para isso, exijamos a convocação de Assembléia Estadual.

Pelo fim das punições do governo do PSDB!

Pela defesa de nossas reivindicações!

Unidade na luta contra a reforma educacional privatista!

Por uma assembléia estadual!

## Rondônia

# Servidores demitidos de Rondônia lutam para reconquistar o emprego

Nos dias 16 e 19 de junho ocorreram assembléias dos servidores públicos demitidos, convocadas pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação (SINTERO) e Sindicato dos Servidores da Saúde (SIDSAÚDE), com aproximadamente mil trabalhadores.

Porém, as lideranças sindicais persistem em alimentar as ilusões do retorno ao trabalho em função de uma liminar as-

sinada pela juíza substituta da Justiça do Trabalho. Mas, quando a juíza titular voltou, derrubou a liminar.

Como se vê, os dirigentes manobram com as leis e com a Justiça burguesa, procurando convencer os trabalhadores sobre a possibilidade de vencer por essa via. Isso quando eles mesmos são vítimas dessa Justiça. É o caso do presidente do SINTERO, José Wildes, e do assessor de imprensa,



José Adércio que foram acusados por um dos desembargadores do Estado por danos morais.

Veja a que ponto chega a política desses dirigentes: convocaram para a manifestação do dia 19 e chamaram os servidores para permanecerem em silêncio diante do Tribunal do Trabalho para não atrapalharem o trabalho dos funcionários. Ainda apelaram para ilusões esotéricas de pensamentos positivos, apologias a crenças religiosas em um ser extra-terreno que resolverá os problemas dos demitidos. No final, o coordenador da assembléia conclamou os presentes a cantarem o hino nacional.

Os burocratas, além de iludir os servidores, são servis diante da Justiça. Imagine que, quando saiu a liminar, foram levar presentes e flores à juíza.

Os trabalhadores, particularmente os servidores demitidos, devem rechaçar a política e a conduta dos burocratas sindicais. O governo e a Justiça estão a serviço da implantação dos planos de fome e miséria. Tais planos atingem a educação, saúde e outros serviços sociais. Por isso, demi-

tem, arrocham e atrasam os salários. A conquista das reivindicações dos servidores depende da unidade e das ações radicalizadas de massa.

### **Campanha do Comitê de Solidariedade Nacional e Internacional e contra a opressão social e política**

Esse Comitê de Rondônia encaminhou um abaixo assinado pela libertação dos presos políticos do governo Covas. Com os dizeres: "defesa da libertação imediata dos presos políticos condenados pelo governo do Estado de São Paulo - Mário Covas (Professores e militantes do MST), o Comitê recolheu quase 200 assinaturas.

A iniciativa de Rondônia se soma a outras milhares de assinaturas e moções de outros Estados.

**Abaixo a repressão!**

**Liberdade a todos os presos políticos!**

**Viva a luta dos trabalhadores!**

## **A greve nas universidades estaduais do Paraná**

No último dia 26 de junho, assembléias na Universidade de Londrina e na Unioeste (Cascavel) resolveram suspender até o dia 4 de julho a greve que iniciaram em 31 de maio. Permaneceriam em estado de greve aguardando algum avanço nas negociações e manteriam a mobilização. Somente a universidade de Maringá se mantém ainda em greve com o campus ocupado pelos professores, funcionários e alunos e com a ameaça, por parte dos grevistas, de suspender o vestibular de inverno. As universidades de Ponta Grossa e a Unicentro de Guarapuava, já haviam suspenso o movimento semanas antes.

O movimento reivindica 41,14% de reajuste (referente às perdas acumuladas de agosto de 1995 até abril de 2000), retorno da data base e do acordo coletivo perdidos depois que o Governador Requião transformou os servidores de celetistas em estatutários, e reivindica ainda a vigência da Autonomia Universitária plena.

A grande dificuldade deste movimento foi o seu isolamento no quadro do funcionalismo estadual. Prevista para ser um grande movimento esta-

dual do funcionalismo público, as universidades ficaram praticamente sozinhas neste movimento. Somente os servidores das penitenciárias acompanharam a greve das universidades, pois a greve da APP (professores da rede estadual) começou antes e acabou no meio do mês e nunca foi coordenada com as universidades. A tentativa de se constituir um comando unificado da greve estadual ficou comprometida pela traição da burocracia do Fórum Estadual das Entidades Sindicais do Funcionalismo (Curitiba), que preferiu se limitar à pressão parlamentar e aceitou as migalhas que o governo jogou na mesa no início do movimento. A APP, por seu turno, em divergência com a orientação do Fórum, não se dispôs a compor um comando alternativo com as universidades, jogando finalmente no enfraquecimento do movimento unificado.

Nesse quadro, as universidades (UEL, UEM e Unioeste) enfrentaram durante um mês uma dura greve que, após quase 10 anos sem movimento algum, está recolocando as bandeiras de defesa da universidade pública e gra-

tuita e os métodos da mobilização na cultura das universidades.

Piquetes, assembléias gigantescas de 2000 pessoas ou mais, passeatas, ocupações foram métodos utilizados pelo movimento nas universidades. Universidades que até a véspera pareciam adormecidas pelo torpor burocrático e acadêmico. Mais do que isso, assembléias e comandos unificados onde votavam em igualdade alunos, funcionários e professores foram impostas pelo movimento aos setores mais reacionários (docentes) na UEL e na Unioeste.

A reivindicação dos 41,14% não foi arrancada do governo, mas a greve ensinou que o caminho para se avançar é o da unificação com o conjunto das universidades, com o professorado da rede estadual e com todos os funcionários públicos. A tarefa imediata é a recomposição do Comitê Estadual em Defesa do Ensino Superior (composto pelas entidades dos servidores das universidades e mais os DCE's), a constituição de uma plataforma programática clara para ela e a articulação com o funcionalismo do Estado.

# Universidades paulistas sem acordo sobre a repressão aos grevistas

Quando aconteceu a última assembléia de estudantes da USP (26/06), o POR defendeu que não se aprovasse o fim da greve sem uma garantia formal dos reitores de que não haveria repressão ao movimento, os processos contra os sindicatos seriam retirados e os dias de greve seriam pagos. A maioria votou pelo fim da greve sem uma resposta a essas questões. Até o fechamento desta edição do *Massas*, ainda não havia sido formalizado um acordo sobre esses problemas, estando portanto aberta a possibilidade da repressão sobre funcionários e estudantes e contra as entidades sindicais. Mais ainda, os reitores pressionam para que os sindicatos se comprometam a não realizar mais greves até o ano que vem. Sem a pressão da mobilização grevista, como será possível evitar a ofensiva dos reitores/governo?

Os reitores aproveitaram e chegaram a condicionar o pagamento dos dias parados a um calendário de reposição de dias e horas, o que implicaria em horas-extras não pagas e a anulação prática do reajuste salarial obtido.

Os estudantes estão em negociação com a reitoria da USP. Tudo indica que o reitor não vai ceder em nada. Vai apresentar a proposta de contratação de 50 professores, que já estava decidida antes da greve e só não foram contratados por causa da paralisação das atividades da reitoria, imposta pelos piquetes.

Os estudantes precisam se mobilizar imediatamente para retomar a luta pelas reivindicações da comunidade universitária.

## Na volta às aulas, atitude burocrática de professores

O fim da greve trouxe à discussão o problema da reposição das aulas. Inicialmente, na USP, a reitoria cedeu à possibilidade de as unidades negociarem a reposição. A falta de unidade efetiva entre professores, estudantes e funcionários durante a greve, inviabilizada pela direção docente (Adusp), abriu a brecha para que alguns professores ignorassem qualquer reivindicação estudantil e determinassem se iam ou não repor, como e quando. Alguns professores se negaram a repor aulas, colocando alunos de pós-graduação em seu lugar; outros fixaram calendário de acordo com seus compromissos pessoais. Alguns conselhos de departamentos (Filosofia) e congregações de unidades negaram-se a debater com os estudantes, afirmando que nos colegiados quem manda é

professor, nunca aluno deu palpite e não seria agora que dariam.

A FFLCH, que agrupa os cursos de História, Geografia, Filosofia, Sociais e Letras, realizou duas plenárias sobre a questão e apresentou uma proposta de reposição unificada. O problema é que não foram em todos os cursos que se realizaram plenárias conjuntas para debater a questão, e abriu-se a possibilidade das ações individuais. Na Letras, o CA realizou uma avaliação da greve e debate sobre reposição no primeiro dia de aula, organizando professores, alunos e funcionários, num total de 1500 pessoas nos dois turnos. Dois dias depois, fez uma assembléia (cerca de 400 votantes) que decidiu pela reposição, com dois argumentos: a necessidade de que os estudantes e professores estivessem presentes para encaminhar a resolução dos problemas do curso pela mobilização, e manter o calendário unitário aprovado numa plenária conjunta da faculdade. Assim, em três dias o problema estava resolvido, tendo a pressão coletiva como instrumento de aplicação das resoluções.

## Retoma-se a ofensiva contra a autonomia dos CAs

A reitoria e as diretorias das unidades mal esperaram a greve acabar para retomar a ofensiva sobre os espaços dos CAs. Pretendem assumir o controle sobre as lanchonetes e xerox existentes, que atualmente são fonte de financiamento dos CAs. Assim, os aluguéis desses espaços serviria para manter uma relação de dependência sobre os CAs e arrecadar um fundo. Seria uma forma de taxação indireta sobre os estudantes.

Na FFLCH/USP, o diretor pressionava os CAs há dois anos em busca de um acordo que colocasse os espaços sob seu controle. Nos últimos encontros de CAs, no entanto, a maioria se colocou pela autonomia (defendida pelo POR desde o início da discussão) e contra a proposta da direção. A resolução do problema depende da mobilização estudantil em defesa da autonomia de sua organização própria. É preciso também rediscutir a forma de financiamento e relação dos CAs com xerox e lanchonetes. O CA tem de ser financiado com a contribuição voluntária dos estudantes, e não pode "rifar" seu espaço, conquistado com a mobilização, em benefício de particulares.

# O POR se organiza como partido leninista

Observamos que as correntes de esquerda não se preocupam com a segurança do partido. Citam nomes dos militantes em boletins internos, assinam sem necessidade matérias do jornal, expõem fotografias individuais e coletivas de reuniões, têm toda licenciosidade nas relações entre militantes e via de regra mantêm aberto seu aparato organizativo. Esse modo de funcionamento não condiz com as características do partido revolucionário, que como tal está obrigado a combinar o trabalho aberto (legal) e clandestino (ilegal).

O funcionamento do partido não fica exposto aos olhos do Estado, da repressão, e a militância cuidada rigorosamente para não facilitar o trabalho de infiltração e mapeamento do partido pelos órgãos de segurança do poder burguês. O funcionamento das células, direção etc, a realização de Congresso, Conferência, a casa dos militantes, telefones, aparato organizativo, nomes, documentos internos (atas, comunicados, polêmicas) etc são mantidos no anonimato. E o partido de conjunto é responsável pela vida partidária, por sua sobrevivência ao objetivo da burguesia de destruir fisicamente a organização revolucionária.

Quebrar tais normas organizativas significa incorrer no mais grave erro, que é o da delação. Para que isso não ocorra, a jovem corrente, sem muita experiência, tem de observar cada situação de segurança e educar a militância para o trabalho clandestino.

Um dos aspectos centrais é o de compreender a situação em que o partido está inserido e seguir cuidadosamente os movimentos da burguesia e de seu aparato repressivo, para inclusive saber melhor utilizar o trabalho aberto e ter clara a sua combinação com o funcionamento clandestino. É nos períodos democráticos, quando as correntes podem aparecer abertamente, que o Estado aproveita para mapear a vida organizativa e manter as correntes de esquerda na mais estrita vigilância e controle. E é, por outro

lado, o momento em que se tem a possibilidade de realizar mais abertamente o trabalho revolucionário para penetrar o programa nos movimentos sociais. Mas é também a conjuntura em que as correntes mostram seu funcionamento não revolucionário, ou seja, a não correspondência com a concepção leninista de partido, que, entre uma série de características, exige a combinação entre o trabalho clandestino e aberto.

Quando falamos em concepção, estamos dizendo que faz parte do programa. As questões organizativas correspondem ao programa e assim, apesar de se modificar conforme a situação, exigem princípios que distinguem o partido revolucionário das demais formas de organização pequeno-burguesa (por exemplo, o funcionamento de correntes de esquerda centristas, democratistas) e burguesas. Como se vê, a concepção se realiza na vida concreta de um país e internacionalmente. Nesse mesmo sentido, é fundamental o trabalho aberto para penetrar nas massas e organizar sua vanguarda em organismos de massa e sobretudo no partido. Os cuidados com a segurança não eliminam nem atrapalham a atuação aberta, extraindo as vantagens de situações favoráveis à luta das massas, a exemplo da organização sindical, divulgação ampla do Jornal, Revista, panfletos etc, realização de cursos, palestras, agitações nas fábricas, escolas, bairros, utilização de eleições, parlamento etc.

Não há incompatibilidade entre o trabalho legal e ilegal. Pelo contrário, quanto mais sincronizado mais o partido se fortalece, ganha confiança das massas e da vanguarda, mais se mostra capaz para a tarefa histórica de destruição do capitalismo.

**A burguesia se prepara para  
a monumental crise social  
O proletariado deve fazer o  
mesmo**

A reconstituição do Serviço de Segurança Nacional (SNI), que na verda-

de nunca foi destruído (agora com o nome de Agência Brasileira de Inteligência (Abin)) e o lançamento do Plano de Segurança indicam que a burguesia está se preparando para o avanço da crise social e a agudização da luta de classe.

Por detrás, encontra-se a mão do imperialismo, particularmente a dos Estados Unidos.

Não é por acaso que veio à tona a discussão da instabilidade da democracia na América Latina. Bolívia, Colômbia, Venezuela, Equador, Peru estão imersos em convulsões políticas. Principalmente a Bolívia que se destaca pelo fato das massas não mais terem ilusões nas eleições e se chocarem abertamente contra o Estado burguês, desenvolvendo tendências insurreicionais. A presença e fortalecimento do partido marxista-leninista-trotskista (o POR) na Bolívia chama a atenção da burguesia internacional para o perigo da revolução.

Essa situação de instabilidade da política burguesa se amplia pelo continente, atingido países em que a burguesia semicolonial está mais bem estruturada, a exemplo da Argentina e Brasil.

A pobreza das massas se ampliou e se aprofundou com a aplicação dos planos pró-imperialistas, principalmente agigantando o desemprego. Grande parte das medidas antinacionais e antipopulares foram executadas - a ponto da própria burguesia pretender afastar o Consenso de Washington (neoliberalismo e globalização) - e os resultados foram catastróficos para os países semicoloniais.

A abertura democrática que se seguiu ao ciclo das ditaduras militares serviu aos interesses das potências. Foi o meio político para afastar setores nacionalistas (estatistas) e estruturar os pró-imperialistas, que aplicaram as violentas medidas ditadas pelos credores.

Nesse período de cerca de 15 anos, a burguesia latino-americana realizou uma virada pró-imperialista de conjunto, aproveitando-se da fase das di-

taduras militares que destruíram conquistas organizativas das massas e implantaram o terror de Estado. A reconstituição “democrática” se deu numa correlação de força totalmente favorável à aplicação de planos de fome e miséria.

Mas esse processo está se esgotando. As massas começaram a reagir por toda parte contra os governos. Tudo indica que a luta de classe está mudando a correlação de força. Os estrategistas do imperialismo vêem um perigo para seus interesses tão bem defendidos pelos governos entreguistas. Apreçoam que a democracia está em

perigo na América Latina e incentivam o recrudescimento do controle social pela via repressiva.

A Abin é estruturada nesse contexto. Novas conexões entre governos latino-americanos contra o movimento das massas estão em andamento. O intervencionismo do imperialismo na Colômbia avança. Os Estados Unidos exigem que o Brasil assuma plenamente a linha do intervencionismo e sua orientação militar para a América Latina, abandonando posições independentistas das Forças Armadas.

É nesse contexto que o governo brasileiro vem se alinhando ao imperi-

alismo na orientação geral de preparar o Estado para a situação convulsiva. Claro que baseado em suas próprias experiências com o MST, greves etc.

A organização do movimento de massa e a estruturação do proletariado em partido revolucionário é a tarefa para se contrapor aos “novos” movimentos da burguesia. É preciso afinar a política revolucionária a esta situação, organizando o partido de quadros (leninista). A superação da crise de direção é a tarefa essencial para fazer frente às tendências de luta instintiva das massas e à ação contra-revolucionária da burguesia.

## O Partido e sua Organização

Prosseguimos com a série de textos de formação, escrito por Guillermo Lora iniciado no Massas n.º 160

### Manual do Organizador

#### Organização e Mudança da Situação Política (1ª Parte)

Voltamos a repetir que, na vida política, a organização é o aspecto mais conservador, pois constitui a forma que pode permitir a materialização da idéia política. A permanente luta em que o Partido como um todo está empenhado não é outra que ajustar sua estrutura e funcionamento às respostas estratégicas e táticas, que são dadas pela situação política em constante transformação.

Existe o perigo de que alguns camaradas, partindo do que foi exposto anteriormente, tendam a minimizar as deficiências organizativas e que se consolem com o fato de que, sendo a organização um aspecto conservador da vida partidária, não é preciso lutar pela sua superação. Por isso, devemos precisar que a evolução organizativa tem um certo retardamento em relação à grande velocidade com que se operam os ajustes no plano das idéias. Apesar disso, o ajuste só ocorre depois das modificações da situação política.

Corresponde ao militante revolucionário (as organizações partidárias) esmerar-se para encontrar os meios que

permitam encurtar a distância, que existe e que tende a se tornar cada vez maior, entre a marcha da evolução organizativa e as rápidas mudanças da situação política.

Os rápidos ajustes que se operam na linha estratégia e tática estão determinados pelas modificações que sofre constantemente a situação política e que se apresentam como viradas no curso da história.

É a política (programa) que determina a natureza e os limites da organização e não o contrário. Contudo, entre ambas existe uma inter-relação dialética. A organização, subordinada em última instância à idéia política, tem uma reação, em determinadas circunstâncias, à linha política do Partido e pode modificá-la.

Seria equivocado considerar os problemas organizativos algo que não merece nossa atenção e que se encontram mecanicamente subordinados ao programa. Em determinadas condições, a luta ao redor do programa adquire a forma de luta sobre aspectos organizativos.

Os ajustes organizativos não só devem ser tratados com seriedade e oportunamente, como devem esgotar todos os meios para que se façam rapidamente,

enquanto marchamos. Unicamente desta forma poderá se estruturar um Partido capaz de se colocar à cabeça das massas em luta contra a opressão.

A história internacional e boliviana nos oferece inumeráveis exemplos de lerdeza como a organização ajusta sua linha às mudanças bruscas que se operam na situação política. Tem-se a impressão de que o Partido se empenha em viver unicamente de suas recordações, quer impor à realidade velhos esquemas e normas organizativas obsoletas. Esta é a explicação por que alguns partidos que passaram toda a sua existência falando e especulando sobre a revolução não a percebem quando esta chega, a história passa longe de seus olhos.

Uma coisa semelhante pode ocorrer no campo organizativo. Um Partido que escreve em seu programa que sua tarefa é dirigir as massas na revolução libertadora, mas que espera a onda de ascenso dos explorados para demonstrar sua condição de direção política, pode acabar totalmente isolado, depois que os operários radicalizados passarem sobre eles. Os erros organizativos, assim como os políticos, podem conduzir a situações tão desastrosas. Uma política acertada exige a forma organizativa correspondente.

**Abaixo os processos e prisões políticas! Liberdade imediata para todas as lideranças e fim dos processos!**

## Vanguarda Operária

# Para que serve uma caracterização?

O jornal Vanguarda Operária (nº 15) faz um balanço das eleições para o DCE da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e critica a posição do PSTU, Força Socialista (PT), CST (PT) e LBI. Chamou-nos a atenção a denúncia de que a LBI expressou oportunismo. Isso porque a Vanguarda andava de lua-de-mel com essa seita. Juntamente com a fração revisionista do POR argentino, dirigido pelo aventureiro Gustavo Gamboa, pretendia-se ou pretende-se constituir uma organização internacional. Chegou-se inclusive publicar uma "Tribuna de Debates", como parte da "Primeira Jornada de Debates".

No Brasil, a Vanguarda Operária se tornou um porta-voz de Gustavo Gamboa, com claro intuito de combater o POR boliviano, com as piores armas.

Gamboa fez de tudo para se aproximar do morenista PTS, constituindo um comitê de enlace, que acabou em denúncias mútuas. Depois disso, o aventureiro

procurou se juntar com a LBI, mesmo sabendo comprovadamente que é um grupo desqualificado, provocador e difamador. Características essas que o organizador da Vanguarda sempre soube.

Há pouco tempo atrás, depois de uma de suas jornadas de debate, a Vanguarda denunciou a LBI de ter capitulado diante da bandeira do PSTU de "Fora FHC". Demos publicidade a isso e outros aspectos no Massas. A LBI acusou, então, a Vanguarda de dar munições para o POR combatê-la. Agora, a Vanguarda faz uma caracterização arrasadora de seus aliados de ontem contra o POR boliviano e nós do POR no Brasil. Mostra que a LBI é aparelhista e oportunista.

Citemos algumas passagens: "Era possível contar nos dedos quantos de seus componentes sabiam defender a chapa e quantos efetivamente estiveram em campanha. A maioria dos nomes ins-

tados são apenas nomes abstratos de estudantes completamente distantes do dia a dia do ME." (...) "O programa da chapa-2 da LBI limitou-se ao corporativismo-reformista mais disfarçado (pelo exposto, foi indisfarçado, basta que se veja os pontos omissos da plataforma denunciados pela Vanguarda - vejamos um deles: "nem mesmo a defesa do socialismo tiveram a honradez de fazer em ponto separado ou de destaque").

Aí vem nossa pergunta: para que serve essa caracterização da Vanguarda contra a LBI, se continua seguidista do aventureiro Gamboa? Gamboa não continua namorando a LBI? Gamboa não exigiu do POR brasileiro que provasse que a LBI era difamadora? Nós provamos todas as exigências de Gamboa, mas esse continuou com a LBI e arrastou a fração do POR revisionista a colaborar com os difamadores. Como se vê, a realidade vai desmascarando os impostores e as seitas difamadoras.

## Argentina:

# O namoro de Gamboa com a LBI não vai bem

O grupo de Gamboa estampou na capa de seu último jornal a defesa da Frente Única Antiimperialista. Chamou-nos a atenção, pois este foi um dos pontos programáticos em que se chocou contra o POR boliviano, levando à divisão na seção argentina do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (Cerqui). Isto porque a LBI tem como um de seus "pontos programáticos" a rejeição da FUA, conforme concebida nas Teses do Oriente do 3º Congresso da Internacional Comunista, aprovadas por Lenin e Trotsky.

O oportunismo do grupo de Gamboa, que faz zigue-zague com a bandeira da FUA, é ainda maior porque seus "amigos" da LBI estão organizados ao redor do combate a essa bandeira. Basta ver no "site" da LBI na Internet: esse grupo se organiza tendo como pontos principais a rejeição da ética burguesa (não fala numa moral revolucionária, portanto a renega), no rentamento de sua dire-

ção, e na rejeição da Frente Popular petista e na FUA porista. Um grupo que se organiza não a partir de uma estratégia política, mas em formas organizativas e na rejeição de outros programas é puramente oportunista.

São esses os detratores do POR. A LBI, quando da greve das polícias em 1997, em que se colocou contra o movimento, acusou o POR de delator. Acuado pela denúncia porista de difamação, "arrumou" uma farsa: inventou que militantes do POR a teriam delatado em 1992, quando roubaram uma impressora do DCE da UECE e foram investigados por uma comissão do movimento, da qual o POR (erradamente) sequer participou. Somente o fato de terem silenciado por cinco anos sobre o assunto mostra o caráter dos "amigos" de Gamboa. Nunca conseguiram provar as acusações. Acuados pelos professores da oposição no Congresso da ANDES de 1998, que exigiam provas das acusações,

fugiram. Foram então aos arquivos de sua ex-casa, o PCO, e passaram a difamar militantes do POR individualmente. Há pouco tempo, mentiram sobre a posição do POR quando da agressão de um aluno na Letras/USP pelo PCO: disseram que o POR (que foi às salas de aula no mesmo dia denunciar a agressão, condenar a busca da polícia e o registro em boletim de ocorrência e convocar uma assembléia, que no dia seguinte suspendeu o membro do PCO do centro acadêmico) teria acobertado o aluno agredido por seis meses, e que este seria um porista. Os que se calaram por 5 anos pela delação inventada vieram nos difamar na maior cara-de-pau.

Esses grupos não têm futuro. O movimento operário, quando se levanta, esmaga-os politicamente. Ao contrário do partido revolucionário, que se potencia com a mobilização.

**Bolívia**

# **65 Aniversário do Partido Operário Revolucionário, Marxista-Leninista-Trotskista**

## **No Centro da Polêmica Raivosa**

A classe dominante e seu governo, que estão sendo derrotados ideologicamente pelo proletariado e pelo POR, se vêem obrigados a acumular diatribes, mentiras, insultos, buscando minimizar ou destruir seu maior inimigo político.

### **Sobre os comentaristas**

O POR tem sido combatido por todos os flancos e isto de forma constante, nessas páginas registramos artigos de 1971 e outros destes últimos dias, como prova do que dissemos.

Por que tanto ódio, tanta luta, tanta calúnia etc.?

Isto é inevitável, faz parte da luta de classes e integra a batalha que trava o proletariado por se libertar ideologicamente da burguesia opressora. É parte do processo de estruturação da consciência dos explorados.

Por que se buscava e se busca ainda hoje fazer desaparecer o marxismo-leninismo-trotskismo? Porque é a expressão da finalidade estratégica da classe operária. Ao se lançar contra o POR a burguesia e seus serventes buscam levantar um muro que impeça a revolução proletária. A polêmica de ontem e a de hoje evidencia que a burguesia tem sido derrotada ideologicamente.

### **O Partido mais antigo: Nasce o POR em 1935 (de “Enfoques. A história do Século XX na Bolívia”)**

Trotsky (Liev Davidovich Bronstein) fez a Revolução de Outubro (1917) junto com Lenin (Vladimir Ilich Ulianov). Pai da União Soviética, Lenin morreu em 1924, iniciando uma dura luta entre Trotsky e Josef Stalin. Trotsky propunha a revolução permanente e uma revolução proletária mundial. Com a ajuda da KGB, Stalin derrotou Trotsky, o expulsou do Partido Comunista e o desterrou. Fundou a

IV Internacional na qual militaram os mais destacados intelectuais marxistas do mundo. Quem correspondeu às idéias trotskistas na Bolívia foi José Aguirre Gainsborg, um ativo intelectual comunista, organizador das massas proletárias e líder das manifestações contra a guerra. O governo de Salamanca o exilou no Chile, onde entrou para o Partido Comunista Chileno, chegando a tomar parte de seu Comitê Central.

Aguirre tomou parte nos duros enfrentamentos entre trotskistas e estalinistas, como membro da chamada Esquerda Boliviana, que se aproximou do Grupo Tupac Amaru de T. Marof para fundar o POR, em junho de 1935 (nos dias em que terminava a Guerra do Chaco), em Cordova. O POR assimilou a linha da IV Internacional. Mas a história do POR haveria de ser uma eterna contradição interna. Marof lutava por seus próprios interesses. Aguirre retornou ao país em 1935. Era o único trotskista sobre o solo boliviano, mas, decidido a impor suas idéias, penetrou em um dos grupos socialistas do momento, o Beta Gama. Aguirre trabalhou para unificar os grupos esquerdistas dispersos e construir uma Confederação Socialista Boliviana com o PS, experiência que fracassou.

O líder trotskista pôde seduzir “O Diário”, que publicou seus comentários em primeiro plano, em um estilo atrativo. Exerceu influência na FOT e apoiou a greve geral que possibilitou o golpe militar de Bush-Toro. Mas considerado um agitador perigoso foi exilado em Arica (1936). Projetou a personalidade do POR para o futuro, até as massas operárias...

### **Outra vez o provocador Lora (por Luiz Antezana, “Jornada”, 21/06/71)**

Ultimamente, G. Lora, que finge de marxista-trotskista, tem pronunciado frases célebres. Em um debate na UMSA sobre o escritor cubano Padilha, disse: “Apoiamos a revolução cubana mas não o seu condutor Fidel Castro”. Por outro lado, no periódico chamado “Masas” asseverou que “a queda do governo Torres é iminente”...

O segundo argumento de Lora é mais ridículo... trata de aparecer como profeta anunciando a queda de Torres, na mesma em que apareceu como yatiri nos governos Villarroel, MNR e Ovando, para colocar a reação no poder, ou quando arruinou o MNR...”

### **Aonde vai o POR? (“Jornada”, La Paz, 6 de fevereiro de 1971)**

Apareceram na Bolívia agrupamentos e homens que não são baluartes ideológicos nem lutadores honestos, mas que se dedicam a traficar, a comercializar a “revolução” e as “idéias revolucionárias” para viver, para amedrontar e para simular “heroísmo” e “puritanismo” que nunca tiveram. Um destes grupos é o POR, e um deste homens é seu dirigente G. Lora.

A história do POR de Lora é suficiente para demonstrar que este agrupamento é formado por oportunistas e inimigos do povo e da revolução ... Lora e seu grupo iniciaram sua atuação política furtando o nome com que figuram: POR que foi a denominação que adotou um partido de exilados em um Congresso em

Cordova, do qual participaram Marof (que renegou o marxismo, Nota da redação), Aguirre G., Valência Vega (que terminou no MNR, Nota da redação)... Mas o POR de Lora ... não só se apropriou inescrupulosamente de um nome..., mas que tratando de justificar burdamente este despojo, tentou outro, quis se apropriar ilegitimamente ... da figura de um homem que não teve contato nenhum com J. Aguirre G. O pior é que, se aproveitando da morte deste lutador..., o in-

cluiu em seu grupo e falsificou completamente seu pensamento...

Lora e seu POR se declararam "trotskistas" e presumiram ser durante um longo tempo "Seção Boliviana da IV Internacional", mas explorando o eslogam trotskista da revolução permanente, Lora se colocou sempre contra a que os trabalhadores bolivianos ganhem posições revolucionárias que os aproximem do poder.

Nos povos subdesenvolvidos... sur-

gem governos que ... tratam de realizar uma obra ... que cria condições mínimas para que se efetive a revolução. Lora, em todos estes casos, bloqueia as possibilidades destas circunstâncias positivas, expressando que a revolução tem de ser fatalmente proletária, o que Lora realiza não é outra coisa que uma traição constante ao proletariado em seus esforços de ascender no caminho da revolução.

(extraído do Masas boliviano n° 1719 de 23/06/00)

**Bolívia:**

# Urma, em nível nacional, determina não participar nas eleições do magistério

Ali onde Urma (União Revolucionária do Magistério) chegou a ser direção demonstrou possuir muita capacidade no manejo das questões próprias da Educação, uma honestidade a toda prova, particularmente no manejo dos fundos sindicais que são dos trabalhadores, uma valentia incomparável na luta e uma temeridade exemplar no combate, o que lhe valeu ganhar a confiança das bases. Urma não conheceu o desgaste no exercício da direção.

Apesar disso tudo, sempre ocorre de haver uma separação entre as direções – por mais revolucionárias que sejam – e o grosso das bases, particularmente com as que recentemente ingressam na luta.

É a acentuação do ascenso revolucionário dos explorados e oprimidos que nos obriga a responder a pergunta se neste momento é a partir das bases ou da direção que se serve melhor à revolução social, objetivo dos urmistas e de toda a nação oprimida pelo imperialismo.

Muitas vezes a atenção diária às tarefas administrativas tendem a separar os quadros de direção das bases. O combate é melhor preparado do seio das massas e são estas as que consumirão a batalha e imporão a vitória sobre a classe dominante e corrupta ao extremo.

Acertadamente, URMA (N.º 67)



de Cochabamba diz:

Para Organizar a Luta A Partir da Base, URMA Deixa a Direção Sindical

É esta coragem, este desprendimento, que deve ser discutido na base, com a finalidade de soldar ferreamente os urmistas ao grosso dos trabalhadores.

Nós, marxistas-leninistas-trotskistas, estamos obrigados a todo o momento a perguntar se servimos melhor a revolução nos escritórios administrativos ou na rua, no seio das massas.

Abandonar as direções neste exato momento da agudização da luta de classes, para soldar-se melhor

com a base, não é um sacrifício, mas um passo necessário e meditado para fortalecer a revolução.

Nós, poristas, temos demonstrado através da história que a partir do chão, fundidos com os trabalhadores, sabemos timonear a luta.

Urma do Vale diz acertadamente: "Quatro anos de gestão sacrificada nos esgotou organizativamente e é chegado o momento de fortalecer nossos mecanismos de ação e de mobilização para potenciar a luta do magistério cochabambino. Não faremos o sujo papel de sabotadores, como cumpriram os reacionários disfarçados de esquerdistas nos últimos quatro anos. Entregaremos nossos melhores dirigentes e nossa organização a serviço da luta das bases. Urma estará junto o magistério a todo momento, na vitória ou na derrota".

"Agradecemos aos colegas que nos tem acompanhado de perto nestes quatro anos de difíceis resistências e a aqueles outros (a maioria) que jamais duvidaram de nossas posições e atos, ainda que materialmente não puderam superar os obstáculos já assinalados".

Os urmistas voltam às ruas para dirigir o exército revolucionário que derrotará os opressores.

(extraído do "Masas" boliviano n.º1718 de 16/06/00)

## Mais um pouco sobre a revolta de Cochabamba

Reproduzimos um trecho de artigo do Masas boliviano nº 1719, que contém um comentário sobre um artigo de imprensa burguês, que reconhece o papel do POR no levante, coisa que muitos dos que se dizem trotskistas não são capazes de fazer:

Reproduzimos um parágrafo de análise de "A luta pela vida", entitulado: "Teses de Pulacayo na comuna de Cochabamba?", de W. Garcia M.:

"O levante de abril ou a cor desbotada local"

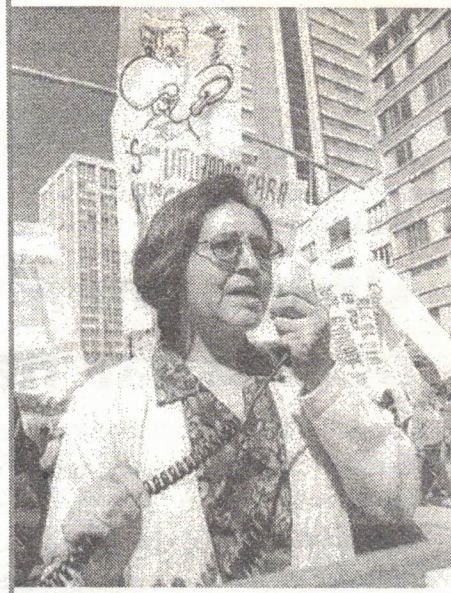
"Amotinados e apedrejados. Sexta, 7 de abril. A ordem de sitiar a prefeitura, lançada quinta em um arranque de lucidez 'programática' a partir dos balcões da Federação de Fabris pelo dirigente do POR Miguel Lora, catalisou o conflito inesperadamente, forçando um consenso cidadão e regional para a revisão do contrato com Águas de Tunari; mas o êxito dessa bandeira radicava no fato da Polícia se encontrar amotinada, pois, do contrário, aquela iniciativa trotskista haveria derivado em um

massacre sem precedentes..."

"Negadores da utopia. Victor Gutierrez sustenta também que a hegemonia trotskista em que derivou a condução da Coordenadora por tras do estado de sítio (Olivera e Maldonado entraram na clandestinidade exagerando seu silêncio e Herbas foi confinado) impediu, por exemplo, que o movimento impusesse a restituição do prefeito Hugo Galindo, que, antes de renunciar por exigência de Banzer, havia se alinhado com a demanda de expulsar de Cochabamba a empresa Aguas de Tunari, arrastando atrás dessa linha empresários esclarecidos como Ernesto Asbun e o próprio comandante da II divisão do exército."

É necessário destacar que os trotskistas, que tiveram destacada atuação na "revolta pela vida" de Cochabamba não podem alinhar-se por trás de "esclarecidos empresários como Asbun", de chefes das FFAA ou de autoridades políticas, pois são revolucionários.

**Solidariedade internacional à dirigente sindical dos professores de La Paz (Bolívia) e militante do POR boliviano, Vilma Plata, contra o objetivo do governo de colocá-la na prisão!**



*A dirigente da Federação dos Professores de La Paz e militante do POR, Vilma Plata.*

### Colômbia

## Recrudescce o intervencionismo imperialista na Colômbia

A liberação de 1,3 bilhão de dólares pelo governo norte-americano para combater a guerrilha na Colômbia representa mais um passo do intervencionismo imperialista. O governo de Pastrana se mostra incapaz de pôr fim ao controle de 40% do território colombiano pelas Farcs (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia). As negociações de "paz" não progredem e a guerrilha se vê fortalecida.

Ocorre que a "paz" significa capitulação das Farcs e sobrevivência do poder burguês putrefato. O imperialismo tem em seus cálculos que a destruição da guerrilha virá pela via militar e para isso é preciso a intervenção de fora para dentro. Começa-se por jorrar dinheiro, condição para ampliar o poder militar do Estado e dos pára-militares, ligados a frações particulares da burguesia.

A capitulação política virá depois de inúmeras derrotas da guerrilha. Foi as-

sim em El Salvador e outras partes. O combate ao narcotráfico é apenas um ingrediente para mascarar o objetivo central. É parte desse objetivo fortalecer a presença militar dos Estados Unidos na América Latina. A crise do capitalismo mundial exige uma ação mais ampla das potências.

A classe operária mundial e demais trabalhadores não devem se deixar enganar com a propaganda de que se trata de salvar a humanidade do narcotráfico. Esse mal é produto do capitalismo putrefato, de responsabilidade total das potências. Rechaçamos o domínio das potências que saqueiam os países semicoloniais e defendemos a soberania dos países latino-americanos, que inclui seu poder de decisão sobre o plantio da coca e sua industrialização.

A idéia de que os Estados Unidos detêm o poder de intervir onde quiser sob o

pretexto de erradicar a produção da cocaína deve ser denunciada. O país semicolonial que pretender produzir cocaína deve ele próprio ser responsável. As potências produzem todo tipo de armas letais, inclusive as capazes de destruir países inteiros. Impõem estas formas de barbárie para manterem a espoliação da maioria das nações. E se arvoram nos guardiães das virtudes para intervir econômico e militarmente nas semicolônias, como é o caso da Colômbia.

O programa do proletariado pressupõe a eliminação de todas as chagas provenientes do capitalismo. Mas para isso é preciso destruir o poder da burguesia, o que passa pela derrota do imperialismo. Em resposta ao intervencionismo, devemos organizar a Frente Única Antiimperialista, que reúna as massas exploradas em torno da classe operária em defesa de um programa revolucionário.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskyista. Discuta nosso programa.

**CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO**